



## MUNICÍPIO DE MURÇA

### CONTRATO

#### “Aquisição de Viatura de 9 lugares”

Entre

O Município de Murça, pessoa coletiva nº 506 862 763, com sede na Praça 5 de outubro – Murça, representado pelo Presidente do seu órgão executivo, Dr. Mário Artur Correia Lopes, no exercício de funções e nos termos da alínea f) do nº 2 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com domicílio [redacted], [redacted] Murça, concelho de Murça, detentor do Cartão de Cidadão nº [redacted] válido até [redacted] contribuinte fiscal nº [redacted] adiante identificada como **Primeiro Outorgante**,

E

A empresa Auto Imperial de Bragança, com sede na Av. das Cantarias, 5300-107 Bragança, com o NIPC 501 355 235, aqui representada por Manuel Amadeus Pires, portador do Cartão de Cidadão nº [redacted], emitido pela República Portuguesa, válido até [redacted] com o número de identificação fiscal nº [redacted] que outorga na qualidade de gerente, com poderes para o ato nos termos da Certidão Permanente e adiante designada por **Segundo Outorgante**.

Na sequência da adjudicação realizada por despacho datado de 14/10/2019 e da aprovação da minuta do contrato por despacho datado de 14/10/2019, ambos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acordam em celebrar o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1ª (Objeto)

O presente contrato tem como objetivo o fornecimento de uma viatura de 9 lugares para uso nos transportes escolares do ensino básico, nos termos das cláusulas gerais e técnicas do caderno de encargos, bem como da proposta adjudicada.

#### Cláusula 2ª (Preço Contratual)

O preço contratual é de 19.512,19 € (dezanove mil quinhentos e doze euros e dezanove cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

#### Cláusula 3ª (Prazo de Execução / Fornecimento dos Bens)



## MUNICÍPIO DE MURÇA

1. O prazo máximo do fornecimento dos bens é de 30 (trinta) dias.

### Cláusula 4ª (Condições de Pagamento)

1. No prazo máximo de 60 dias, após apresentação da respetiva fatura, no serviço de contabilidade do Município de Murça.

### Cláusula 5ª (Caução)

1. Nos termos do nº 2 do artigo 88º, do Decreto-Lei nº 18/2008 de janeiro, na sua atual redação, não é exigível caução.

### Cláusula 6ª (Produção de Efeitos)

O presente contrato produz efeitos a partir da sua assinatura.

### Cláusula 7ª (Fiscalização Prévia)

O presente contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do art.º 48º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto, a qual vigora com as alterações da Lei nº 2/2012 de 6 de janeiro, conjugada com a disposição do artigo 255º da Lei nº 71/2018 de 30 de dezembro.

### Cláusula 8ª (Classificação Orçamental)

O presente contrato será suportado por conta da verba inscrita no orçamento do corrente ano, cuja rubrica orçamental tem a seguinte classificação económica nº 070205, pela proposta de cabimento nº 2019/867, no valor de 19.512,19 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e pelo compromisso de despesa nº 2019/1051.

### Cláusula 9ª



## MUNICÍPIO DE MURÇA

(Gestor de Contrato)

Nos termos do nº 1 do art.º 290-A foi designado gestor de contrato, através do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 14/10/2019, o Chefe de Divisão, Dr. José Manuel Amaro Moutinho, que tem a função de acompanhar permanentemente e execução deste contrato.

Cláusula 10ª

(Documentos Integrantes do Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Constituem anexos do presente contrato os seguintes elementos:
  - a) Caderno de Encargos;
  - b) Ofício Convite;
  - c) Proposta do Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados, salvo quanto os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artº 99º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artº 101º, ambos do CCP.

Cláusula 11ª

(Documentos Arquivados)

Ficam arquivados no processo, além de outros, os seguintes documentos:

- Certidão emitida pelo serviço de Finanças de Bragança em 03/09/2019, comprovativo do representado do segundo outorgante não ser devedor de quaisquer contribuições ou impostos ao estado, válida até 03/12/2019;
- Declaração emitida pela Segurança Social, comprovativa da representada do segundo outorgante possuir a situação regularizada perante a Segurança Social, emitida em 24/07/2019 e válida até 24/11/2019;
- Certidões de Registo Criminais da empresa e dos seus representantes;
- Declaração conforme modelo do anexo II do CCP;
- Certidão Permanente;
- NIFC da empresa;

Cláusula 12ª



## MUNICÍPIO DE MURÇA


(Omissões)

Em tudo o que for omissão o presente contrato será regulado pelas disposições do Código dos Contratos Públicos, alterações vigentes e demais legislação aplicável ao objeto do contrato.

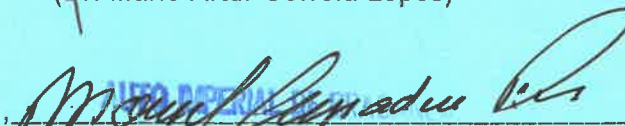
Para os devidos efeitos, se elaborou o presente contrato em triplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes, e o outro para ser junto ao processo da obra, as quais lhe dão o seu pleno acordo e declaram aceita-lo nos precisos termos exarados, obrigando-se ao seu integral cumprimento.-----

Murça, 21 de outubro de 2019.

O Primeiro Outorgante,

  
\_\_\_\_\_  
(Dr. Mário Artur Correia Lopes)

O Segundo Outorgante,

  
\_\_\_\_\_  
(Manuel Amadeus Pires)



## MUNICÍPIO DE MURÇA

### REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – CONSENTIMENTO

#### CONTRATO

#### “Aquisição de Viatura de 9 lugares”

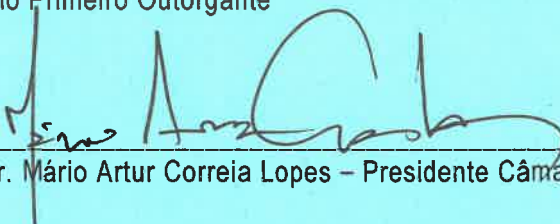
Considerando que:

- a) Nos termos do disposto no artº 6º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, (RGPD) é lícito o tratamento dos dados pessoais dos outorgantes do contrato supra identificado por se encontrar abrangido pelo cumprimento de uma obrigação legal (cfr. al. c) do nº 1 do referido artigo), mormente, pelo disposto nos artigos 465º e 127º, ambos do Código dos Contratos Públicos, que determinam a obrigatoriedade de divulgação dos contratos sujeitos à parte II do referido Código no Portal dedicado aos contratos públicos denominado de “Portal Basegov”;
- b) No estrito cumprimento da al. b) do nº 1 do artº 6º do supra citado Regulamento, o tratamento dos dados pessoais dos outorgantes é ainda lícito, porquanto o seu tratamento torna-se necessário para a execução deste contrato.

Pretendem os outorgantes melhor identificados no referido contrato, prestar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais com a finalidade específica de publicitação na íntegra do contrato no “Portal Basegov”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 6º e artigo 7º do RGPD.

Murça, 21 de outubro de 2019.

Pelo Primeiro Outorgante

  
\_\_\_\_\_  
(Dr. Mário Artur Correia Lopes – Presidente Câmara Municipal de Murça)

Pelo Segundo Outorgante

  
\_\_\_\_\_  
(Manuel Amadeus Pires)